

INTERROMPER O ESTIGMA: IMAGÉTICA DO ABORTO NAS OBRAS DE ARTISTAS PORTUGUESAS

 *Teresa Melo**

 *Dalila Cerejo***

Resumo

Este artigo analisa as artes agenciadas pelo feminismo para desafiar o estigma do aborto em Portugal, entre 2004 e 2023. A partir das obras “O meu corpo pertence-me” (Paula Tavares 2005), “Lavagem a seco” (Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa 2004) e “Cyanovan (Protocol)” (Diana Policarpo 2020), pretende aprofundar os enquadramentos teórico e histórico sobre a estigmatização do aborto; compreender as narrativas visuais e as estratégias usadas nestas obras para identificar, informar e combater o estigma; e, por fim, refletir sobre o potencial da arte para reconfigurar a realidade política, ética e social, e não apenas representar ou espelhar as condições existentes.

Palavras-chave: Aborto, estigma do aborto, arte contemporânea, feminismos, Portugal.

Abstract

Interrupting the Stigma: Abortion Imagery in the Works of Portuguese Artists

This article analyzes the feminist-driven arts that challenge the stigma of abortion in Portugal between 2004 and 2023. By examining the works “O meu corpo pertence-me” (Paula Tavares 2005), “Lavagem a seco” (Carla Cruz and Catarina Carneiro de Sousa 2004), and “Cyanovan (Protocol)” (Diana Policarpo 2020), it aims to deepen the theoretical and historical frameworks on abortion stigmatization; to understand the visual narratives and strategies used in these works to identify, inform, and combat stigma; and, ultimately, to reflect on the potential of art to reconfigure political, ethical, and social realities, rather than merely represent or mirror existing conditions.

Keywords: Abortion, abortion stigma, contemporary art, feminisms, Portugal.

* Centre for Doctoral Training: Feminism, Sexual Politics and Visual Culture – School of Social Sciences and Humanities, Loughborough University, Loughborough LE11 3TU, Reino Unido.
Endereço postal: Brockington Building, Epinal Way, Loughborough LE11 3TU, Reino Unido.
Endereço eletrónico: teresacacadormelo@gmail.com

** Departamento de Sociologia, NOVA FCSH, 1099-085 Lisboa, Portugal.
Endereço postal: Colégio Almada Negreiros, 1099-085 Lisboa, Portugal.
Endereço eletrónico: dalilacerejo@fcs.unl.pt

Resumen

Interrumpir el estigma: imagería del aborto en las obras de artistas portuguesas

Este artículo analiza los artes agenciados por el feminismo para desafiar el estigma del aborto en Portugal, entre 2004 y 2023. A partir de las obras “O meu corpo pertence-me” (Paula Tavares 2005), “Lavagem a seco” (Carla Cruz y Catarina Carneiro de Sousa 2004) y “Cyanovan (Protocol)” (Diana Policarpo 2020), pretende profundizar en los marcos teóricos e históricos sobre la estigmatización del aborto; comprender las narrativas visuales y las estrategias usadas en estas obras para identificar, informar y combatir el estigma; y, en el horizonte, reflexionar sobre el potencial del arte para reconfigurar la realidad política, ética y social, y no solo representar o reflejar las condiciones existentes.

Palabras clave: Aborto, estigma del aborto, arte contemporáneo, feminismos, Portugal.

1. Introdução

Como podem as práticas artísticas com agência feminista promover interações entre espaços, ativismos e públicos? A partir do contexto sociopolítico português, onde o direito ao aborto foi historicamente restringido em função da influência da Igreja Católica e cuja estigmatização continua a desempenhar um papel importante na manutenção dessas restrições, este artigo situa algumas obras artísticas produzidas em Portugal entre 2004 e 2023 para refletir sobre o papel das artes na consciencialização e eliminação do estigma do aborto. Pretende-se compreender os efeitos de uma estigmatização pré-existente e cujas nuances motivaram a criação artística a partir de posicionamentos feministas; o poder comovente da arte na revelação da realidade, nomeadamente a obstaculização pelo Estado de quadros emancipatórios no acesso das mulheres¹ à saúde sexual e reprodutiva (SSR)²; e aferir as estratégias criativas utilizadas para ampliar este debate.

Utilizando uma abordagem qualitativa baseada na metodologia feminista sugerida por Mary Margaret Fonow e Judith A. Cook (2005) — cujos princípios orientadores são a observação do significado de género, da centralidade da consciencialização, da norma científica da objetividade que assume que o sujeito e o objeto de investigação possam estar separados entre si; o reconhecimento da exploração das mulheres como objetos de conhecimento; e finalmente, a transformação das instituições sociais misóginas por meio da investigação e dos seus resultados — o estudo emprega a análise de conteúdo, o estudo de caso e a análise visual como principais métodos.

¹ Utilizamos a palavra “mulheres” para fazer referência a mulheres e raparigas.

² A pesquisa centra-se no impacto da estigmatização do aborto em mulheres cisgénero, mas reconhece-se que as questões abordadas também afetam pessoas trans, não-binárias e de género não-conformista em Portugal, que podem engravidar e, portanto, devem ser incluídas no debate atual sobre SSR.

O estudo do estigma do aborto apoia-se na publicação “Abortion Stigma: A Reconceptualization of Constituents, Causes, and Consequences” (Norris *et al.* 2011), focando-se em quatro das suas propostas: violação dos ideais de feminilidade, independência do feto, aborto como abjeção, e o cruzamento entre lei e moralidade. Três peças artísticas são destacadas: “O meu corpo pertence-me” (2005), de Paula Tavares, “Lavagem a seco” (2004), de Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa, e “Cyanovan (Protocol)” (2020), de Diana Policarpo. Assim, o artigo apresenta hipóteses na formulação da estigmatização a partir das principais contribuições científicas; seguindo-se a evolução sociopolítica do aborto em Portugal; a metodologia da pesquisa; e, por fim, os resultados, através de exemplos onde a *práxis* artística se revelou precursora da mudança social.

Apesar dos estudos desenvolvidos nas mais diversas áreas, não há sinais de investigações feitas em Portugal que contemplem a abordagem das produções simbólicas operadas na relação intersubjetiva entre agentes individuais e coletivos e as artes a partir de posicionamentos feministas para desafiar o estigma do aborto no país. Por isso, consideramos que esta análise é inovadora no âmbito dos Estudos Feministas em Portugal e demonstra a importância da incorporação da arte como agente na transformação social³.

2. Um corpo preso ao estigma

Os números exatos sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG) são difíceis de aferir devido às barreiras, constrangimentos e iniquidade no acesso aos serviços, levando muitas mulheres a recorrer ao aborto inseguro, ilegal e clandestino. O aborto inseguro é uma das principais causas de mortalidade materna global, resultando em cerca de 39 mil mortes anuais e milhões de hospitalizações por complicações (ONU News 2022).

Até 2007, Portugal tinha uma das legislações mais restritivas da Europa sobre a interrupção da gravidez (IG) por opção da mulher nas primeiras 10 semanas (Monteiro 2012; 2022). Em 2005, estimaram-se cerca de 17 mil abortos clandestinos (Feio 2021). Após a despenalização em 2007, registaram-se 6.107 IGs entre julho e dezembro (Episcience 2007). Em 2008, foram assinaladas 18.014 IGs, com um pico de 19.921 em 2011, seguido por uma redução até 2020, com 14.321 IGs (DGS 2022). Em 2021 e 2022, os números foram 13.782 e 15.870, respetivamente (DGS 2023). Desde 2007, nenhuma mulher morreu ou foi condenada (DGS 2022), e importa esclarecer que não se encontraram registos relativos a abortos clandestinos no período pesquisado.

³ Este artigo é decorrente da dissertação de mestrado “Imaginar um corpo livre: notas sobre o estigma do aborto, práticas artísticas feministas contemporâneas e transgressão” (Melo 2023).

As sociedades categorizam os seus sujeitos, atribuem e naturalizam normas, e o estigma surge quando há uma rutura na expectativa de que aquelas/es que se encontram numa certa categoria devem não só apoiar como cumprir tais normas (Goffman 1963). O estigma do aborto, em particular, refere-se à atribuição de características negativas às mulheres que interrompem uma gravidez, marcando-as como inferiores aos ideais de feminilidade, que incluem a sexualidade para reprodução, a maternidade como realização e a tendência natural para o cuidado (Kumar, Hessini & Mitchell 2009). Este estigma manifesta-se individualmente com sentimentos de culpa e vergonha; institucionalmente, através de leis discriminatórias e penalizadoras; e culturalmente, por meio de estereótipos, normas culturais, crenças e a ausência do aborto no discurso sobre a reprodução (Kumar, Hessini & Mitchell 2009; Cockrill *et al.* 2013).

3. O enquadramento sociopolítico em Portugal

A IVG foi objeto de debates parlamentares em 1982, 1983/84, 1997, 1998 e 2004 e tema de dois referendos, o primeiro a 28 de junho de 1998 e o segundo a 11 de fevereiro de 2007. Os anos 2000 foram decisivos para despoletar o debate público devido a vários episódios mediáticos de judicialização. Entre eles, esteve a chegada do navio *Borndiep*, da organização holandesa *Women on Waves*, a convite das associações portuguesas pró-escolha Acção Jovem para a Paz, Clube Safo, Não te Prives e UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, que saiu de Amesterdão com destino à Figueira da Foz em agosto de 2004. Era propósito permanecer até ao dia 12 de setembro em águas internacionais, de forma a não violar a legislação portuguesa em vigor, para relançar o debate em torno da IVG e distribuir a pílula abortiva RU486 às mulheres grávidas até às seis semanas e meia que estivessem interessadas (Branco 2004).

A 27 de agosto, o Ministro de Estado, da Defesa e dos Assuntos do Mar, Paulo Portas (CDS-PP), enviou um navio da Marinha para impedir o seu avanço nas águas territoriais portuguesas. A proibição foi justificada pelo Secretário de Estado para os Assuntos do Mar, Nuno Thomas (CDS-PP), alegando que a ONG queria distribuir produtos farmacêuticos não autorizados, incitar à prática de atos ilícitos e realizar IGs sem licenciamento (Lusa 2004). Em 2009, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos considerou que Portugal violou o artigo 10 da Convenção dos Direitos Humanos, relativo à liberdade de expressão (TEDH 2009).

A 11 de fevereiro de 2007, realizou-se o segundo referendo à população sobre a “despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras dez semanas” e o sim ganhou. Foi então publicada a Lei n.º 16/2007, de 17 de abril desse ano⁴, atualmente em vigor, que des-

⁴ Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/16-2007-519464>

penalizou a IVG e estabeleceu que esta não seria punível se “realizada por opção da mulher nas primeiras 10 semanas de gravidez” (art.º 142 al. e). Determinou também a obrigatoriedade de um período mínimo de reflexão de três dias (art.º 142 al. b), a garantia à mulher de “disponibilidade de acompanhamento psicológico durante o período de reflexão” (art.º 2 al. c), de “disponibilidade de acompanhamento por técnico de serviço social, durante o período de reflexão” (art.º 2 al. d) e assegurou o direito à objeção de consciência por parte do pessoal médico (art.º 6 al. 1).

Mas o debate não se extinguiu e os contramovimentos continuaram no sentido da revogação dos progressos legislativos. Em julho de 2015, o Governo Constitucional liderado pela coligação PSD-CDS, aprovou medidas no sentido de obstaculizar a IVG: taxas moderadoras obrigatórias; aconselhamento psicológico obrigatório por pessoal de psicologia e/ou de serviço social; médicas/os objetoras/es de consciência passariam a poder seguir/consultar as mulheres; e consulta de planeamento familiar obrigatória depois da intervenção. A discussão das propostas foi acompanhada pela contestação de movimentos de mulheres dentro e fora do Parlamento que consideraram a iniciativa legislativa um retrocesso (PPDR 2015). A ação foi revogada em novembro do mesmo ano pelo Governo Socialista.

Durante este período, várias artistas mostravam sinais de proximidade aos estudos de género e às referências do movimento feminista. Em 1999, Carla Cruz, Ana Medeira, Catarina Carneiro de Sousa e Isabel Carvalho, estudantes da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto, criaram a ZOiNA, um coletivo de intervenção artística feminista que privilegiava a intervenção no espaço público e que, como outros coletivos artísticos, estabeleceu um circuito alternativo no sistema das artes, desconstruindo e reconfigurando as convenções dominantes do poder institucional (Fonseca 2013). Estas e outras artistas integraram mais tarde o projeto artístico, plataforma feminista e blogue sobre arte e género ALL MY INDEPENDENT WOMEN (AMIW), iniciado pela artista e investigadora Carla Cruz em 2005, e que contempla a seleção, divulgação e representatividade dos feminismos artísticos em Portugal. Em 2013, a exposição “Hetero q.b.” no Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado em Lisboa, organizada em semanas temáticas abordando feminismos, pós-feminismos, sexualidades e diversidades *queer*, apresentou vídeos/performance de artistas mulheres de todo o mundo. Durante a semana “Família, Intimidade e Mundo”, foi exibido o vídeo *Sem Título* (2006), de Célia Domingues, que apresentava relatos de mulheres sobre as suas experiências com o aborto, recolhidos pela linha telefónica S.O.S Aborto (MNAC 2013).

4. Metodologia

O estudo abrange o período de 2004 a 2023, começando com a chegada do *Borndiep* da *Women on Waves* a Portugal. Até 2023, ano de conclusão do estudo, analisa a evolução legal e a interação entre movimentos de mulheres, coletivos feministas, partidos políticos, criações artísticas e outras/os agentes. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa de fontes secundárias, incluindo legislação, revistas académicas, artigos de imprensa, publicações e catálogos de exposições, consultados em arquivos digitais e bibliotecas públicas.

A metodologia visual de Gillian Rose (2001) permitiu interpretar os registos visuais e o impacto sociológico dos eventos históricos. Além disso, as fotografias retrataram a diversidade das práticas artísticas como ferramenta de consciencialização das consequências nefastas da criminalização do aborto e revelaram exemplos de organização em torno da luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, principalmente por mulheres. A reflexão sobre o estigma do aborto, baseada em Norris *et al.* (2011), foi articulada com os casos de estudo, destacando “O meu corpo pertence-me” (2005), de Paula Tavares, “Lavagem a seco” (2004), de Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa, e “Cyanovan (Protocol)” (2020), de Diana Policarpo. Não foram encontradas obras artísticas sobre o estigma do aborto associado à personificação do feto.

Por fim, pareceu-nos oportuno observar o entrelaçamento entre realidade e ficção que comportam estas peças, atendendo à criação, à representação, à divulgação, à receção e ao posicionamento feminista. Como tal, foi criada uma tabela com dimensões e indicadores de análise extraídos da contextualização teórica e enquadramento conceptual para cada domínio com o intuito de auxiliar a interpretação destas relações.

5. Imaginar um corpo livre

A redescrção dos processos nos termos das políticas do corpo implica compreendê-lo a par das negações e exclusões que o têm disciplinado e trabalhar ao nível do campo do imaginário filosófico e artístico como possibilidade do seu desmantelamento. Ambas as estratégias, consciencialização e ativismo, promovem e integram tais processos criativos. Assim, a arte ativista pode ser entendida como uma forma de expressão inovadora e comunicativa, onde estilo e estética se entrelaçam nas estruturas sociais em que intervém, face à corrente dominante (Lippard 1984). Já o ativismo feminista é o reflexo de alianças sob um lugar-comum de produção de conhecimento e de práticas criativas onde as semelhanças nas experiências pessoais de mulheres e críticas ao patriarcado são enfatizadas (Rosa 2021). Logo, o pensamento feminista deve expandir o esforço intelectual para reconhecer a importância das diferenças sexuais e outras entre

os fatores sociais, económicos, ideológicos, semióticos e psicológicos que possam ser considerados (Pollock 2008).

Em plena autonomia, a arte pode romper com as hierarquias e ordens existentes, desafiar as normas estabelecidas e abrir possibilidades de emancipação e de libertação (Rancière 2004). À tomada de consciência sobre as formas de operação, é adicionada, pela agência feminista, a desestabilização dos espaços cristalizados onde o corpo da mulher é considerado lugar de regulação. Prescindindo dos meios de violência física e dos meios de retórica, argumentamos que a arte pode proporcionar condições para a abertura radical das camadas implícitas e explícitas de supressão, repressão e exclusão.

5.1. *A violação dos ideais de feminilidade*

Muitas são as obras de artistas contemporâneas que propõem a rutura com a associação entre o feminino, a maternidade e o corpo materno normalizado, e o câmbio dos ideais anteriores em favor da produção de diferenças. Chamamos a atenção para a admirável seleção de pinturas *Abortion Series* (1997-98), de Paula Rego (Lisboa, 1935—Londres, 2022), cuja criação foi motivada pelo primeiro referendo em Portugal sobre a IVG em 1998 e que derrotou o “sim”. A escolha das mães nesta série é problemática, já que as mulheres ilustradas não são adultas, mas raparigas. Logo, estas obras não são sobre ser mãe e sim sobre não se tornar mãe (Lisboa 2002).

O meu corpo pertence-me (Paula Tavares, 2003-5)

Paula Tavares⁵ retratou na cidade do Porto, entre 2003 e 2005, mulheres de várias idades a segurar um cartaz onde se lê em letras maiúsculas “O MEU CORPO PERTENCE-ME”, uma frase que lembra os versos “O corpo é teu, irmã / Pertence-te!” da poeta Maria Teresa Horta no livro *Aborto – direito ao nosso corpo* (1975). Na fotografia, o retrato, repleto de ambiguidade, está em praticamente todos os níveis, e parte dessa ambiguidade relaciona-se com uma dialética de significados em que a questão do quê e de quem está a ser fotografada se mantém (Clarke 1997). Aqui as mulheres posam de pé, sozinhas e de frente para a câmara, expressando coragem, independência, insurgência e insubmissão. Com efeito, o seu olhar (o da Outra) é direto, assertivo e frontal, desafiando o olhar de quem as observa para tornar plenamente credível que fazem parte do mundo visível. Falamos então na função do retrato para o resgate e recuperação do Eu.

⁵ Paula Tavares protagonizou o movimento artístico feminista no Porto a partir de 2000.

Figuras 1 e 2

Paula Tavares. *O meu corpo pertence-me*, 2003-5. FotografiaCortesia *All My Independent Women*

As fotografias foram impressas e coladas pelas ruas da cidade, reapropriando lugares da vida pública dominados pelo conservadorismo que criminalizava a IVG a pedido da mulher. Foi na rua que *O meu corpo pertence-me* fortaleceu relações, combinando a identidade das mulheres retratadas e a viabilidade do “sujeito”; estreitou a experimentação com o visual a nível da representação fotográfica e performativa; e testou a legitimidade das suas mensagens como mecanismo de negociação e construção da realidade sociopolítica, obrigando a refletir sobre outros significados. Neste sentido, regressamos à ideia de aparecimento como o espaço de encontro onde cada sujeito pode aparecer e, coletivamente, fazer política. Aparecer é importar, ou seja, afirmar a existência como ser que conta e é real (Mirzoeff 2017), tal como aconteceu nas manifestações de protesto pela absolvição das dezassete mulheres acusadas no julgamento de crime de aborto da Maia em 2001 (RTP 2001).

Figura 3

Paula Tavares. *O meu corpo pertence-me*, 2003-5. Intervenção pública na cidade do Porto



Cortesia de *All My Independent Women*

Figura 4

Paula Tavares. *O meu corpo pertence-me*, 2003-5. Intervenção pública na cidade do Porto



Cortesia de *All My Independent Women*

5.2. O feto independente

Uma das transformações mais relevantes deu-se no campo médico, no qual as fronteiras dos corpos se tornaram permeáveis a outras formas de visualização e de operação, pelo que saber quem controla a interpretação das fronteiras corporais na análise médica é uma questão feminista importante.

As imagens fetais podem sintetizar a distorção inerente na fotografia, isto é, a tendência de fatiar a realidade em pequenos fragmentos extraídos do espaço e tempo reais (Sontag 2012), tornando-a vulnerável a manipulações. Segundo Petchesky (1987, 270), considerar o feto como independente e isolado aplica à gestação a visão proposta por Hobbes de que os seres humanos são por natureza desconectados, solitários e individualistas, e é esse individualismo abstrato que apaga não só a mulher grávida do processo como também a dependência do feto em relação a si. Como resultado, dá à imagem fetal a transparência simbólica de um bebé perdido. O livro *A Child Is Born* (Nilsson 1966) é um precedente deste tipo de abordagem. Cortada de cena, a vida da mulher grávida torna-se invisível e irrelevante.

A distribuição de imagens necrofílicas voyeurísticas de fetos na cultura visual de massas serve de pano de fundo para os ataques políticos ao acesso ao aborto. O seu uso é frequente por parte de grupos antiaborto que exageram a independência do feto relativamente à mulher que o sustém, ignoram as circunstâncias sociais da sua vida e sugerem que o aborto é equivalente a um assassinato (Norris *et al.* 2011). Esta estratégia fundiu as tecnologias fetais com o significado simbólico do feto, da vida e da morte, para criar a qualidade de presença pública numa cultura visualmente orientada, e, sem surpresa, do género masculino. Não é a imagem de um bebé, mas de um homem minúsculo.

Quando as mulheres que procuram o aborto são coagidas a ver fotos de fetos, é a abstração moral que as conduz e define o modo como se devem sentir moralmente responsáveis, e agir em consonância (Oaks 2000). Norris *et al.* (2011) argumentam que o reconhecimento legal na atribuição de personalidade jurídica ao feto ou na imposição de limites na idade gestacional, bem como a difusão de imagens fetais na cultura, incluindo a representação e deturpação por meio de linguagem, discursos e meios visuais, exacerbam o estigma do aborto. Em Portugal, no início dos anos 2000, concentrações antiaborto performativizadas em frente às clínicas de saúde sob a direção do Movimento Católico Mãos Erguidas faziam recurso da imagiologia fetal para dissuadir as grávidas de abortar (RTP 2010).

A representação artística do feto permanece um tema raro nas artes visuais de índole ativista. É particularmente notável, dado o facto de que, no século XIX, vários artistas europeus utilizavam representações do feto para expressar o seu ponto de vista misógino (Menon 2004). A ausência em Portugal de práticas artísticas feministas sobre este tópico pode sugerir uma reação contra a mobilização do feto como símbolo primário pelo movimento antiaborto a partir da recusa do

reconhecimento do feto como agente ou sujeito. Contudo, o facto de não terem sido encontradas, não significa inexistência das mesmas.

5.3. *A face da abjeção*

A afirmação de que a IG é anti-higiénica tem como intenção provocar repulsa (Norris *et al.* 2011) e várias linhas de evidência indicam que o nojo serve, entre as suas muitas outras funções, como ampliador moral (Rozin, Haidt & McCauley 2016).

Abordagens relacionadas com a expulsão de fluidos, secreções e produtos da conceção (como o feto e a placenta) expõem comportamentos e categorias psicológicas arraigadas e desafiam o corpo clássico selado em muitas culturas. *Blood Work Diary* (1972), da artista visual Carolee Schneemann (Pensilvânia, 1939 – Nova Iorque, 2009), por exemplo, partiu da aversão de um amante seu ao ver sangue menstrual e redesenhou a imagem deste corpo para se restabelecer como criadora do seu significado e, assim, confrontar a opressão sistemática da sexualidade feminina. Na realidade, não é a falta de limpeza que causa abjeção, mas aquilo que perturba a identidade, o sistema, a ordem, o intermediário e o ambíguo (Kristeva 1982).

Lavagem a seco (Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa, 2004)

Lavagem a seco foi criada em 2004 pelas artistas Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa, duas presenças proeminentes no circuito artístico feminista em Portugal. A instalação consistiu numa série de jogos de lençóis brancos protegidos em sacos de plástico transparente, etiquetados e expostos nas paredes de uma lavandaria. O cabide metálico no qual os lençóis estavam pendurados remete para a conotação mais conhecida que é a da sua utilização como método caseiro para abortar. Já as etiquetas de identificação, sem nomes, tinham mensagens como “Eu tomei um comprimido” ou “Eu bebi um chá e não resultou”, e revelavam algumas das opções tomadas quando a necessidade de abortar se impunha. *Lavagem a seco* também reconhecia o acesso desigual entre classes sociais, tornando-se num material com fortes implicações políticas. Destaca-se o lençol com a etiqueta “Eu fui a Espanha” que se encontrava absolutamente limpo, remetendo para a situação das mulheres portuguesas que recorriam a clínicas privadas espanholas para abortar (Tavares 2007).

Figura 5

Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa. *Lavagem a seco*, 2004.
Instalação na Lavandaria Olímpica, Porto



Cortesia Carla Cruz

O fluxo de sangue abundante e irregular sobressaía em manchas de cor vermelho-vivo e acastanhado que se infiltravam no branco do tecido. Refere Grosz (1994, 195) que o perturbador no fluido ou na substância viscosa é a sua recusa em conformar-se às leis que regem o limpo e o adequado, o sólido e o idêntico a si mesmo, a sua alteridade face à noção de entidade – o próprio enquadramento que dirige as autorrepresentações e a compreensão do corpo. O interior do corpo, explica Kristeva (1982, 53), manifesta-se para compensar o colapso da fronteira entre dentro e fora. É como se a pele, frágil, deixasse de garantir a integridade do “eu próprio e limpo” mas desgastada, transparente, invisível ou tensa, acabasse por ceder perante a eliminação dos seus conteúdos. O sangue, tal como o sémen, o excremento ou a urina, surge para reafirmar um sujeito em falta do seu “eu próprio e limpo”.

Figura 6
Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa. *Lavagem a seco*, 2004.
Instalação na Lavandaria Olímpica, Porto



Cortesia Carla Cruz

O lugar da instalação tornou-se primordial para o projeto, examinando as estruturas ideológicas e institucionais que sustentam e exibem obras de arte. *Lavagem a seco* foi criada para o Balancette #3, projeto de intervenção artística do Porto do coletivo Ateliers Mentol (Madureira s.d.), cujo palco era constituído por espaços comerciais ativos, mas em vias de extinção nesta cidade⁶ e, como tal, tomou lugar na Lavandaria Olímpica, na rua Miguel Bombarda. A impossibilidade ideológica de neutralidade de qualquer local contribui para expandir a instalação, onde as formas ocupam e reconfiguram não apenas o espaço institucional, mas também o espaço da objetividade (Suderburg 2000).

⁶ Ateliers Mentol. Disponível em <https://ateliermentol.blogspot.com/>

Figura 7
Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa. *Lavagem a seco*, 2004.
Instalação na Lavandaria Olímpica, Porto



Cortesia Carla Cruz

5.4. *Lei e moralidade*

A principal característica dos quadros da moralidade é a prioridade dada à adesão aos princípios morais sobre considerações práticas ou utilitárias (Knill 2013). Na formação dos valores morais e a sua influência na política, alguns atores religiosos conservadores desempenham um papel significativo nas políticas públicas. Na Europa, a influência das Igrejas Católica e Ortodoxa, juntamente com o populismo de direita e a homofobia política, tem reforçado o poder estatal. Relembre-se que o termo “ideologia de género” surgiu nos debates da Igreja Católica após as conferências da ONU sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e sobre as Mulheres (Pequim, 1995), refletindo temores de que os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres promovessem o aborto, desafiassem a maternidade tradicional e legitimassem a homossexualidade (Kuhar & Paternotte 2017).

O conservadorismo religioso e o antifeminismo em Portugal parecem ser parte de um legado institucional e social que remonta ao Estado Novo e que se perpetua tanto na estrutura político-social do país quanto em textos legais, especialmente relacionados com a família, resultando na rejeição de iniciativas que promovem a emancipação das mulheres. (Monteiro & Ferreira 2016). Existem 31 documentos episcopais com referências à IVG, sendo o posicionamento da Igreja Católica contrário a todas as tentativas legais de despenalização (Sousa & Silva 2023).

Outro obstáculo é o direito à objeção de consciência dos profissionais de saúde, ou seja, a recusa de participação numa atividade que um indivíduo considere incompatível com a sua conduta religiosa, moral, filosófica ou crença ética (Zampas & Andión-Ibañez 2012). A Lei nº16/2007 reconhece o direito à objeção de consciência a quaisquer atos respeitantes à IVG. A obrigatoriedade dos três dias de reflexão reconhecida na lei revela também que o aborto é tratado de forma diferente de outros atos médicos, perpetuando preconceitos (Feio 2021).

À luz das lógicas operantes nas práticas artísticas feministas contemporâneas, como a lógica de trabalho de grupo e a tomada de consciência coletiva, sublinhamos a curta-metragem *Cosas de mujeres* (1978), com realização de Rosa Martha Fernández (Cidade do México, 1948), membro e fundadora do coletivo mexicano Cine Mujer, ativo entre 1975 e 1987. Trata-se de uma narrativa ficcional que relata a experiência de uma jovem estudante que quer interromper a gravidez. A última imagem é da autoria de Ana Victoria Jiménez (Cidade do México, 1941) e retrata um protesto pelo direito ao aborto em frente à Câmara dos Deputados na Cidade do México em Novembro de 1977.

Cyanovan (Protocol) (Diana Policarpo, 2020)

A realização do vídeo *Cyanovan (Protocol)* (10'56), de Diana Policarpo, foi motivada pela sua visita à artista e ativista Paula Pin na Galiza, Espanha, em 2020, durante a pandemia de COVID-19. Fundada em valores bio e transhackfeministas⁷ e em metodologias DIY (*do it yourself, faz tu mesmo/a*), Pin investiga práticas autónomas sobre tecnologia ginecológica produzida coletivamente e disponibilizada de forma aberta e gratuita, incluindo microscópios portáteis e dispositivos médicos impressos em 3D. O laboratório está instalado dentro de uma carrinha, a *CyanoVan*, que circula entre localidades para promover o *biohacking* como espaço de produção de conhecimento e reflexão, desenvolvendo dessa forma afinidades entre várias linhas de trabalho.

⁷ O termo “transhackfeminismo” refere-se ao uso de *hacking* como resistência feminista na criação de novos conhecimentos através de (bio)práticas artísticas, estéticas ou culturais transdisciplinares. Esta proposta teve origem no “Manifesto Transhackfeminista” por Pechblenda lab. Ver mais em https://pechblenda.hotglue.me/?transhackfeminism_en

A noção de crítica cultural que funciona em *road movies* é revelada na viagem de carrinha que sugere um refúgio móvel. Isto é, cinematograficamente no que toca ao trabalho de câmara itinerante e, narrativamente, na estrutura aberta do enredo ligada à naturalidade da narrativa oral e no tom que proporciona um movimento em direção a algo (Laderman 2002). Em termos de personagens principais, *Cyanovan (Protocol)* enquadra as duas mulheres do filme numa perspetiva realista, respondendo à fratura histórica do sujeito masculino como principal suporte de um cinema dominante (Laderman 2002).

Cyanovan (Protocol) pertenceu à exposição individual da artista intitulada *Nets of Hyphae*, coproduzida e exposta na Galeria Municipal do Porto (04.12.2020 – 25.04.2021), e que propunha a interligação entre cadeias globais de abastecimento, políticas de saúde sexual e a experiência de parteiras, curandeiras/os e camponesas/es em precariedade e resistência em diversos períodos históricos e sociedades europeias. A premissa foi o *Claviceps purpura* ou esporão-do-centeio, um fungo parasita do centeio, reconhecido pelo seu uso medicinal e propriedades alucinogénicas. A sua história está ligada ao aborto, pois teria sido utilizado em pequenas doses para interromper a gravidez e tratar hemorragias pós-parto, “mas que acabou por ser invisibilizado pela descoberta do LSD em laboratórios, por esse processo de sintetização” (Policarpo 2020, 2:00).

A peça propõe a combinação entre o conhecimento tradicional de plantas, a cibernética, a solidariedade e o ecofeminismo para questionar o espectro binário do pensamento e nele acolher as relações entre espécies humanas e não-humanas como uma rede de interdependências. Além disso, coloca em perspetiva o conhecimento e as infraestruturas normativas, técnicas, científicas e ideológicas que dominam as políticas sobre o vivo, os corpos e a saúde. Ao traçar interseções entre estruturas sociais, sexuais e económicas por meio de histórias reais e especulativas, a artista explora a ideia de que todas as dinâmicas subalternas estão enraizadas em lógicas de poder e normatividade (Blanc 2021).

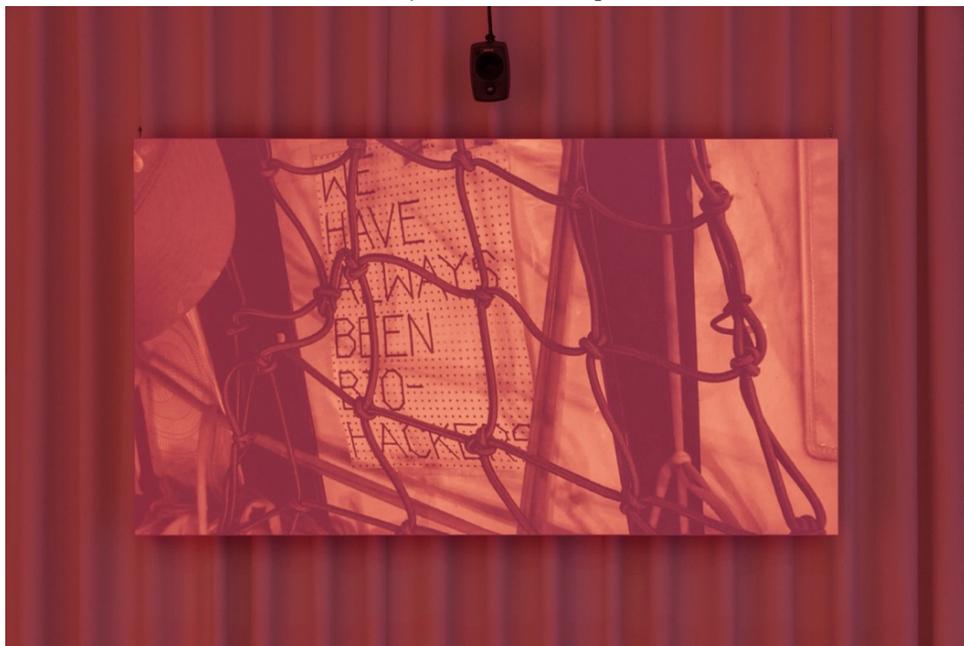
A este respeito, Policarpo situa o trabalho de *biohacking* feminista de Pin em paralelo com a medicina holística praticada em diferentes geografias, abrindo o debate sobre o acesso à saúde a partir da ginecologia autogerida como proposta de saúde comunitária. “As conexões com o *Trans Hack Feminism* vieram de contextos colaborativos específicos onde pessoas diferentes estavam a hackear o género ou hackear tecnologia, juntávamo-nos e fazíamos laboratórios comunitários”, ouviu-se Pin em voz *off* (Policarpo 2020, 0:34).

O direito à IG à luz do direito internacional tem sido historicamente enquadrado segundo a crença de que os sistemas regulados pelo controlo legal e médico são o garante da segurança do aborto. Contudo, a realidade exige questionar noções simplistas de segurança, como o ambiente clínico, a formação dos profissionais de saúde ou a eficácia de um determinado protocolo. A prática crescente e mundial do aborto autogerido (os comprimidos de mifepristona e misoprostol são

o recurso-chave) tem desafiado os principais preceitos deste paradigma (Assis & Erdman 2022).

Figura 8

Diana Policarpo em colaboração com Paula Pin. *Cyanovan (Protocol)*, 2020.
Vídeo e som, 10'56 loop, Galeria Municipal do Porto, Porto



Fonte: *Nets of Hyphae* (Hessler 2021)

Conclusão

Neste artigo, procurámos demonstrar que em Portugal foram realizadas experiências artísticas que se posicionaram criticamente contra a estigmatização do aborto. *Lavagem a seco*, *O meu corpo pertence-me* e *Cyanovan (Protocol)* reafirmaram o vínculo entre arte e feminismos, a partir de uma ancoragem que potencializa as linguagens artísticas para colocar em si discursos, posições e narrativas. Embora não transformassem diretamente a sociedade, denunciaram, questionaram e romperam o silêncio, viabilizando e fortalecendo a justiça reprodutiva em Portugal. Além disso, foi possível observar de que modo a opção por determinada prática ou técnica artística faz parte da identificação da capacidade para conectar com o pensamento; ativar a sensibilidade, a consciência, as emoções e os sentimentos que motivam a reflexão e a ação; confrontar o imaginário; e permitir a mobilização de tantas outras linguagens que implicam os sentidos. O tom latente que caracteriza

as práticas artísticas feministas sugere que a experiência como matéria continua a ser o pano de fundo para que a verdade se torne visível (Melo 2023).

Todavia, o campo da pesquisa em Portugal continua incipiente, pelo que o aprofundamento do conhecimento nesta área exige mais trabalho multidisciplinar e recurso a ferramentas metodológicas sob o prisma das teorias feministas. Uma pesquisa atenta deve notar, portanto, a construção social, cultural e científica das desigualdades sexuais (re)produzidas bem como as discriminações e opressões que daí surgem. Quer dizer, a reflexão dos fundamentos ideológicos que elaboraram a construção do ser feminino e do ser masculino é absolutamente necessária a fim de distinguir as modalidades na malha social.

Financiamento

Trabalho financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (Portugal), no âmbito de bolsa de doutoramento com referência 2023.05412.BD.

Contributos das autoras

TM: Concetualização; investigação; metodologia; validação; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

DC: Concetualização; redação – revisão e edição.

Conflito de interesses

Não existem conflitos de interesse a declarar.

Referências bibliográficas

- Assis, Mariana, & Joanna Erdman. 2022. "Abortion Rights Beyond the Medico-Legal Paradigm." *Global Public Health* 17(10): 2235-2250. DOI: <https://doi.org/10.1080/17441692.2021.1971278>
- Blanc, Guilherme. 2021. "Foreword." In *Nets of Hyphae*, editado por Stefanie Hessler, 14-17. Porto: Galeria Municipal do Porto / Ágora – Cultura e Desporto, E.M., Kunsthall Trondheim e Mousse Publishing.
- Branco, Sofia. 2004. "Barco da Women On Waves está fundeado ao largo da Figueira da Foz." *Público*, 29 de agosto. Disponível em <https://www.publico.pt/2004/08/29/sociedade/noticia/barco-da-women-on-waves-esta-fundeado-ao-largo-da-figueira-da-foz-1202324>
- Clarke, Graham. 1997. *The Photograph*. Oxford: Oxford University Press.

- Cockrill, Kate, *et al.* 2013. "The Stigma of Having an Abortion: Development of a Scale and Characteristics of Women Experiencing Abortion." *Perspectives on Sexual and Reproductive Health* 45(2): 79-88. DOI: <https://doi.org/10.1363/4507913>
- DGS – Direção-Geral de Saúde. 2022. *Relatório de Análise Preliminar dos Registos das Interrupções da Gravidez | 2018-2021*. Lisboa: Direção-Geral de Saúde. Disponível em <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/interruptoes-da-gravidez-por-opcao-da-mulher-registam-reducao-nos-ultimos-dez-anos-pdf.aspx>
- DGS – Direção-Geral de Saúde. 2023. *Relatório de Análise dos Registos das Interrupções da Gravidez | 2022*. Lisboa: Direção-Geral de Saúde. Disponível em <https://www.dgs.pt/ficheiros-de-upload-2013/relatorio-dos-registos-das-interruptoes-da-gravidez-2022-pdf.aspx>
- Episcience. 2007. *Interrupção Voluntária da Gravidez | 2007*. Sacavém: Direção-Geral de Saúde. Disponível em <https://www.dgs.pt/portal-da-estatistica-da-saude/diretorio-de-informacao/diretorio-de-informacao/por-anos-dos-dados-175907-pdf.aspx?v=%3d%3dWAAAB%2bLCAAAAAAABAARYszItzVUy81MsTU1MDAFAHzFEfkPAAAA>
- Feio, Miguel Areosa. 2021. "Lei do Aborto em Portugal. Barreiras atuais e desafios futuros." *Sociologia, Problemas e Práticas* 97: 129-158. DOI: <https://doi.org/10.7458/SPP20219719201>
- Fonow, Mary Margaret, & Judith A. Cook. 2005. "Feminist Methodology: New Applications in the Academy and Public Policy." *Signs* 30(4): 2211-2236. DOI: <https://doi.org/10.1086/428417>
- Fonseca, Rui Pedro Paulino. 2013. "Condições de produção dos feminismos artísticos em Portugal." *Estudos Feministas* 21(3): 1015-1038. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000300015>
- Goffman, Erving. 1988. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Grosz, Elizabeth. 1994. *Volatile Bodies: Toward a Corporeal Feminism*. Bloomington: Indiana University Press.
- Hessler, Stefanie. 2021. *Nets of Hyphae*. Porto: Galeria Municipal do Porto / Ágora – Cultura e Desporto, E.M., Kunsthall Trondheim e Mousse Publishing.
- Knill, Christoph. 2013. "The Study of Morality Policy: Analytical Implications From a Public Policy Perspective." *Journal of European Public Policy* 20(3): 309-317. DOI: <https://doi.org/10.1080/13501763.2013.761494>
- Kristeva, Julia. 1982. *Powers of Horror: An Essay On Abjection*. Trad. de Leon S. Roudiez. New York: Columbia University Press.
- Kuhar, Roman, & David Paternotte. 2017. *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality*. Lanham, MA: Rowman & Littlefield.
- Kumar, Anuradha, Leila Hessini, & Ellen M. H. Mitchell. 2009. "Conceptualising Abortion Stigma." *Culture Health & Sexuality* 11(6): 625-639. DOI: <https://doi.org/10.1080/13691050902842741>
- Laderman, David. 2002. *Driving Visions: Exploring the Road Movie*. Austin: University of Texas Press.
- Lippard, Lucy. 1984. "Trojan Horses: Activist Art and Power." Em *Art after Modernism: Rethinking Representation*, editado por Brian Wallis, 341-358. New York: New Museum of Contemporary Art.
- Lisboa, Maria Manuel. 2002. "An Interesting Condition: The Abortion Pastels of Paula Rego." *Luso-Brazilian Review* 39(2): 125-149. DOI: <https://doi.org/10.3368/lbr.39.2.125>
- Lusa. 2004. "Paulo Portas: polémica do barco da Women on Waves está encerrada." *Público*,

- 31 de agosto. Disponível em <https://www.publico.pt/2004/08/31/sociedade/noticia/paulo-portas-polemica-do-barco-da-women-on-waves-esta-encerrada-1202462>
- Madureira, Vanda. s/d. "ATELIERS MENTOL" *Colectivos Artísticos em Portugal desde a 2ª metade do século XX* (blogue). Disponível em <https://ateliermentol.blogspot.com/>
- Melo, Teresa. 2023. "Imaginar um corpo livre: notas sobre o estigma do aborto, práticas artísticas feministas contemporâneas e transgressão." Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/163421>
- Menon, Elizabeth K. 2004. "Anatomy of a Motif: The Fetus in Late 19th-Century Graphic Art." *Nineteenth-Century Art Worldwide* 3(1). Disponível em <https://www.19thc-art-worldwide.org/spring04/anatomy-of-a-motif-the-fetus-in-late-19th-century-graphic-art>
- Mirzoeff, Nicholas. 2017. *The Appearance of Black Lives Matter*. Miami: NAME.
- MNAC – Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado. 2013. *HETERO Q.B.: Exposição colectiva internacional de vídeo* [Dossier de Imprensa]. Lisboa: MNAC. Disponível em http://www.museuartecontemporanea.gov.pt/files/press/dossier_imprensa_HETERO-q-b-.pdf
- Monteiro, Rosa. 2012. "A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos." *Análise Social* 47(3): 586-605. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/23423/17427>
- Monteiro, Rosa. 2022. "A agenda portuguesa da descriminalização do aborto à luz do *backlash* sob as forças políticas liberais e conservadoras." *Cadernos Pagu* 64: e226416. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202200640016>
- Monteiro, Rosa, & Virgínia Ferreira. 2016, "Women's Movements and the State in Portugal: A State Feminism Approach." *Sociedade e Estado* 31(2): 459-486. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000200008>
- Nilsson, Lennart. 1966. *A Child Is Born: The Drama of Life Before Birth in Unprecedented Photographs. A Practical Guide for the Expectant Mother*. New York: Delacorte Press.
- Norris, Alison, et al. 2011. "Abortion Stigma: A Reconceptualization of Constituents, Causes, and Consequences." *Women's Health Issues* 21(3): 49-54. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.whi.2011.02.010>
- Oaks, Laury. 2000. "Smoke-Filled Wombs and Fragile Fetuses: The Social Politics of Fetal Representation." *Signs* 26(1): 63-108. DOI: <https://doi.org/10.1086/495568>
- ONU. 2022. OMS divulga diretrizes para melhorar segurança em abortos. *ONU News*, 9 de março. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2022/03/1782252>
- Petchesky, Rosalind Pollack. 1987. "Fetal Images: The Power of Visual Culture in the Politics of Reproduction." *Feminist Studies* 13(2): 263-292. DOI: <https://doi.org/10.2307/3177802>
- Policarpo, Diana. 2020. *Cyanovan (Protocol)*. [Vídeo]. YouTube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yZGjav8QJUs>
- Pollock, Griselda. 2008. *Vision and Difference: Feminism, Femininity and the Histories of Art*. London: Routledge.
- PPDR – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. 2015. "Os direitos humanos das mulheres foram hoje violados pela Assembleia da República, 22 de Jul. Comunicado sobre as alterações aprovadas à Lei 16/2007 sobre a IVG." Disponível em <http://plataformamulheres.org.pt/os-direitos-humanos-das-mulheres-foram-hoje-violados-pela-assembleia-da-republica-22-de-jul/>
- Rancière, Jacques. 2004. *The Politics of Aesthetics: The Distribution of the Sensible*. Trad. de Gabriel Rockhill. London: Continuum.
- Rosa, Maria Laura. 2021. "Activism and Collaborative Strategies for Latin American Women

- Artists." *AWARE*, 10 de setembro. Disponível em <https://awarewomenartists.com/en/magazine/activisme-et-strategies-collaboratives-entre-artistes-latino-americaïnes-estado-de-emergencia-etat-durgence-mexico-2018-et-maternidades-en-tension-maternites-en-tension-buenos-ai/>
- Rose, Gillian. 2001. *Visual Methodologies: An Introduction to the Interpretation of Visual Materials*. New York: SAGE.
- Rozin, Paul, Jonathan Haidt, & Clark McCauley. 2016. "Disgust." In *Handbook of Emotions*, editado por Lisa Feldman Barrett, Michael Lewis & Jeannette M. Haviland-Jones, 815-834. New York: The Guilford Press.
- RTP 2001. Julgamento de Crimes de Aborto [Vídeo], 18 de outubro. *Arquivos RTP*. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/julgamento-de-crimes-de-aborto/>
- RTP. 2010. Rezas contra abortos [Vídeo], 20 de maio. *Arquivos RTP*. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/rezas-contrabortos/>
- Sontag, Susan. 2012. *Ensaïos sobre Fotografia*. Trad. de José Afonso Furtado. Lisboa: Quetzal Editores.
- Sousa, Tiago, & Patrícia Silva. 2023. "Religião e políticas de moralidade em Portugal: dos argumentos às estratégias de intervenção." *Análise Social* 58(247): 294-320. DOI: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023247.05>
- Suderburg, Erika. 2000. *Space, Site, Intervention: Situating Installation Art*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Tavares, Manuela. 2007. "A longa luta das mulheres portuguesas pela legalização do aborto." In *Livro Negro da Condição das Mulheres*, editado por Christine Ockrent, 384-395. Lisboa: Temas e Debates.
- TEDH – Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. 2009. Caso Women on Waves e Outros c. Portugal (Queixa no 31276/05). Sentença. Estrasburgo, 3 de fevereiro. Disponível em dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/caso_women_on_waves_traducao_0.pdf
- Zampas, Christina, & Ximena Andiön-Ibañez. 2012. "Conscientious Objection to Sexual and Reproductive Health Services: International Human Rights Standards and European Law and Practice." *European Journal of Health Law* 19(3): 231-256. DOI: <https://doi.org/10.1163/157180912X639116>

Teresa Melo. Investigadora-doutoranda em International Relations, Politics and History em Loughborough University, bolsista FCT e escritora. É licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, bem como Mestre em Ciências da Comunicação e em Estudos sobre as Mulheres pela NOVA FCSH. O seu projeto de investigação atual foca-se na análise das representações do trabalho reprodutivo nas artes visuais no Brasil, entre 1986 e 2026.

Dalila Cerejo. Doutorada em Sociologia, Professora Auxiliar e coordenadora do Mestrado em Estudos sobre as Mulheres da NOVA/FCSH. É investigadora integrada, Coordenadora do Grupo de trabalho Desigualdades e Ação Pública e membro da direção do Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA) e investigadora sénior do Observatório Nacional de Violência e Género da NOVA/FCSH. É ainda Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia e vice-presidente de um dos *Research Committees* da *International Sociological Association* (ISA).

Artigo recebido em 20 de junho de 2024 e aceite para publicação em 22 de janeiro de 2025.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Melo, Teresa, & Dalila Cerejo. 2025. "Interromper o estigma: imagética do aborto nas obras de artistas portuguesas." *ex æquo* 51: 154-175. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.10>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Melo, Teresa, & Cerejo, Dalila (2025). Interromper o estigma: imagética do aborto nas obras de artistas portuguesas. *ex æquo*, 51, 154-175. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.10>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

